



Aviso

Procedimento concursal comum para recrutamento de um médico com o grau de especialista de Anestesiologia, para a categoria de assistente da área hospitalar da carreira médica

1 – Nos termos do estabelecido na cláusula 58.º da Convenção Coletiva de Trabalho n.º 8/2012, de 17 de julho de 2012, publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, II Série, n.º 137, de 17 de julho de 2012 (Acordo Coletivo de Trabalho entre o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER, Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, e Hospital da Horta, EPER, o Sindicato Independente dos Médicos e o Sindicato dos Médicos da Zona Sul), adiante designado por ACT, conjugado com o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto, e ao abrigo do despacho de Sua Excelência, o Secretário Regional da Saúde, de 21 de janeiro de 2019, e do despacho de Sua Excelência, o Vice-Presidente do Governo Regional, de 1 de abril de 2019, faz-se público que, por deliberação do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, de 8 de Abril de 2019, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso na BEP-Açores, procedimento concursal comum, destinado ao recrutamento de um médico com o grau de Especialista em Anestesiologia, para ocupar um posto de trabalho correspondente à categoria de assistente da área hospitalar da carreira médica, mediante celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado ao abrigo do Código do Trabalho.

2 – Política de igualdade – em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

3 – Tipo de concurso – procedimento concursal comum, nos termos da alínea a), do n.º 1 da cláusula 4.ª do Anexo III do ACT, aberto a todos os médicos detentores dos requisitos de admissão, independentemente de serem titulares, ou não, de relação jurídica de emprego público ou privado com alguma instituição do Serviço Regional de Saúde, com a ressalva de que, nos termos da alínea j) da cláusula 6.ª do ACT, não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do órgão ou serviço idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação é publicitado este procedimento.



4 – Prazo de validade – procedimento concursal é válido para a ocupação do posto de trabalho enunciado, terminando com o seu preenchimento.

5 – Prazo para apresentação de candidaturas – dez dias úteis, contados da data da publicação do presente aviso na BEP-Açores.

6 – Legislação aplicável – o procedimento concursal rege-se pelo disposto no ACT.

7 – Caracterização do posto de trabalho – ao posto de trabalho apresentado a concurso corresponde o conteúdo funcional descrito no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto e na cláusula 10.ª do ACT.

8 – Local de Trabalho – Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, podendo no entanto o trabalho ser prestado em qualquer uma das unidades de saúde da área geográfica de referência ou noutras instituições com as quais o HSEIT, EPER tenha ou venha a ter acordos de colaboração.

9 – Horário de Trabalho – O período normal de trabalho é de 40 (quarenta) horas semanais.

10 – Remuneração – A remuneração base ilíquida mensal respeita o princípio da equiparação remuneratória e corresponde à 1.ª posição, nível 45 da categoria de assistente.

11 – Requisitos de admissão – podem ser admitidos ao procedimento concursal os candidatos que reúnam até ao termo do prazo de candidatura os seguintes requisitos:

- a) Grau de Especialista na área de Anestesiologia;
- b) Inscrição na Ordem dos Médicos e situação perante a mesma devidamente regularizada.

12 – Formalização das candidaturas – A candidatura deverá ser efetuada através de requerimento dirigido à Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER, em suporte de papel, podendo ser entregue pessoalmente no Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, sito à Canada do Breado, Santa Luzia, 9700-049 Angra do Heroísmo, nos dias úteis entre as 8h30 e as 16h30, ou remetidas pelo correio registado, com aviso de receção, para a mesma morada, contendo obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Identificação do procedimento concursal, com indicação da carreira, categoria e atividade caracterizadora do posto de trabalho a ocupar;
- b) Identificação da entidade que realiza o procedimento;
- c) Identificação completa do candidato: nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal, número do bilhete de identidade/cartão de cidadão, endereço postal e eletrónico, caso exista;
- d) Situação perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, designadamente os relativos ao nível habilitacional e a área de formação académica ou profissional;
- e) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura.



13 – Documentos – o requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo da posse do grau de especialista na área de Anestesiologia;
- b) Documento comprovativo da inscrição na Ordem dos Médicos;
- c) Três exemplares do curriculum vitae, que embora elaborado em modelo europeu, proceda a uma descrição das atividades desenvolvidas.

A habilitação académica e profissional é comprovada pela fotocópia do respetivo certificado ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito.

14 – Métodos de seleção – nos termos da cláusula 20.^a do Anexo III do ACT, são adotados como métodos de seleção dos candidatos a avaliação e discussão curricular.

15 – Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documento comprovativo das suas declarações.

16 – As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação para cada um dos critérios de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final, serão facultados aos candidatos sempre que solicitadas.

17 – Os resultados da avaliação e discussão curricular são estruturados numa escala de 0 a 20 valores, apenas podendo ser contratados os candidatos que obtenham classificação igual ou superior a 10 valores.

18 – Em situação de igualdade de valoração, aplicam-se os critérios de ordenação preferencial estabelecidos na cláusula 24.^a do Anexo III do ACT.

19 – A lista dos candidatos admitidos e excluídos é comunicada por qualquer meio previsto no n.º 2 da cláusula 17.^a e a lista unitária de ordenação final dos candidatos será publicitada na BEP-Açores e afixada no Serviço de Gestão de Recursos Humanos, sendo os candidatos notificados, nos termos da cláusula 25.^a, igualmente por qualquer um dos meios previstos no n.º 2 da cláusula 17.^a do Anexo III do ACT.

20 – Constituição do júri – o júri do presente procedimento concursal tem a seguinte composição:

Presidente:

Dra. Alexandra Cristina Santos Freitas, Diretora Clínica do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER
Vogais Efetivos:

1.º Vogal: Dra. Lúcia Fátima Fraga Martins Crisóstomo, Assistente Graduada Sénior de Anestesiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER;

2.º Vogal: Dr. José Gabriel Martinho Teixeira, Assistente Graduado de Anestesiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.



Suplentes:

1.º Suplente: Dra. Célia Maria Melo de Figueiredo, Assistente Graduada Sénior de Anestesiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.


2.º Suplente: Dra. Maria Leonor Maia Correia Bettencourt, Assistente Graduada de Anestesiologia do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira, EPER.

21 – Nas suas faltas e ausências, a presidente será substituída pela primeira vogal efetiva.

22 – Tratamento de dados pessoais – os dados pessoais enviados pelos candidatos para efeitos do presente procedimento concursal, serão tratados de acordo com o princípio da licitude, no âmbito de uma relação pré-contratual. O tratamento é limitado à finalidade para a qual os dados foram recolhidos, nomeadamente a validação e avaliação dos candidatos. Os dados pessoais enviados serão conservados pelo tempo exclusivamente necessário à conclusão do procedimento concursal, sendo destruída a documentação apresentada pelos candidatos quando a sua restituição não seja solicitada no prazo máximo de um ano após a conclusão do procedimento concursal, exceto quando necessária para o cumprimento de obrigação legal.

Angra do Heroísmo, 30 de abril de 2019

A Presidente do Conselho de Administração


Luísa Maria da Silveira e Sousa Melo Alves